



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**261ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Ata da ordem do dia 07 e 08 de fevereiro de 2018**

**Brasília – DF**

## **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

### **Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

#### **Ata da 261ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF

**Data:** 07 e 08/02/2018

1 Aos sete e oitos dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito teve início a 261ª Reunião Ordinária  
2 do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Sr. Fábio  
3 Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Estiveram presentes os  
4 seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Titular Rosângela Maria Soares dos  
5 Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e Representante do Fórum  
6 Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA; Conselheiro Suplente Samuel  
7 Rodrigues, Representante do Fórum Nacional da População de Rua; Conselheiro Suplente Leovane  
8 Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheira Suplente Elisa  
9 Maciel Costa, Representante da Associação Mayle Sara Kali; Conselheiro Suplente Maurício José  
10 Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI;  
11 Conselheira Titular Norma Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação  
12 Social; Conselheiro Titular Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco –  
13 Salesianos; Conselheira Titular Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério do  
14 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Titular Edna Aparecida Alegro, Representante da  
15 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI; Conselheira Suplente  
16 Renata Aparecida Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social/MDS;  
17 Conselheira Suplente Laís Maranhão Santos Mendonça, Representante do Ministério do  
18 Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Suplente Josenir Teixeira, Representante do  
19 Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – DF; Conselheira Titular Máira Leilane  
20 Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Assistência  
21 Social – FONSEAS; Conselheiro Titular Clodoaldo José Oliva Muchinski, Representante da  
22 Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheira Suplente Leísa Mendes de Sousa, Representante do  
23 Fórum Nacional dos Secretários de Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Karoline Aires  
24 Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheiro Allan

25 Camello Silva, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS; Conselheira Maria  
26 do Carmo Brant de Carvalho, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS.  
27 **ABERTURA 07/02/2018:** O Conselheiro Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional  
28 de Assistência Social e Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS,  
29 iniciou a reunião cumprimentou a todos e solicitou que a Secretária Executiva realizasse a  
30 verificação do quórum. Verificado o quórum, Presidente Fábio Moassab Bruni informou que a  
31 pauta é composta por: Dia 07/02: das 9h30 às 10h30 – Informes da Presidência, Secretaria-  
32 Executiva, MDS e Conselheiros; das 10h30 às 12h – Avaliação da 11ª Conferência Nacional de  
33 Assistência Social; das 14h às 16h – Painel: Metas do Plano Nacional de Segurança Pública para o  
34 público da Política de Assistência Social; das 16h às 18h – Discussão sobre a Resolução CNDI nº  
35 33/2017, que estabelecem diretrizes e parâmetros para a regulamentação do Artigo 35 da Lei  
36 10.741/2003 e Estatuto do Idoso, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços de toda  
37 entidade de longa permanência ou casa lar, com a pessoa idosa abrigada. Dia 08/02: das 9h às 10h -  
38 Relato da Presidência Ampliada; das 10h às 12h - Relato da Comissão de Financiamento e  
39 Orçamento da Assistência Social; das 14h às 16h – Relato da Comissão de Normas da Assistência  
40 Social; das 16h às 17h – Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 17h às 18h –  
41 Relato da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social. A Conselheira  
42 Rosângela Maria Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e  
43 Representante do Fórum Nacional dos Usuários de Assistência Social – FNUSUAS/PA, solicitou  
44 que fosse incluído, como item de pauta, a composição da Comissão Eleitoral para as eleições da  
45 sociedade civil e a Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das  
46 Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, acrescentou que é necessário fazer uma revisão ou  
47 um esclarecimento sobre a resolução, uma vez que existem muitas dúvidas em relação ao suplente  
48 eleito e lembrou que os relatos das reuniões das comissões de novembro não foram aprovadas. O  
49 Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco, solicitou que fosse  
50 mantido o relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social, visto que a  
51 Comissão apresentará o relato com as justificativas de ausência e será colocada a tabela da LOA  
52 2018 para apreciação do Conselho. A Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida, Representante  
53 do Fórum Nacional dos Secretários de Estado de Assistência Social – FONSEAS, solicitou que  
54 fosse incluído também o informe do FONSEAS e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos  
55 Santos sugeriu convidar a Sra. Dulcelena Martins para participar do segundo dia de reunião, para

56 que a mesma esclareça melhor sobre a tabela da LOA 2018. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
57 informou que solicitará a Secretaria-Executiva que entre em contato imediato com a Diretora do  
58 FNAS e esclareceu que a avaliação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social terá que ser  
59 transferido para o segundo dia de reunião e que não haverá relato da Presidência Ampliada,  
60 sugerindo manter o horário já estabelecido do relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
61 Assistência Social. A Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante da Associação Mayle Sara  
62 Kali, solicitou também a inclusão de um relato da sociedade civil, às 14h, do segundo dia de  
63 reunião, sendo que a mesma se reuniu e discutiu sobre a questão vivida para que essa reunião  
64 acontecesse. O Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu que esse assunto seja tratado no horário  
65 estabelecido anteriormente para a avaliação da conferência nacional e a Conselheira Elisa Maciel  
66 Costa informou que a sociedade civil visitou a Câmara dos Deputados, em que realizaram convites  
67 a alguns deputados com a interface ligada à Assistência Social, destacando que os mesmos, a  
68 qualquer momento, podem comparecer a essa reunião. A Conselheira Norma Suely de Souza  
69 Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social, arrazoou que foi realizada uma  
70 articulação com o CONANDA e o Fórum de Direitos, ponderando que gostaria de um momento  
71 para que a Coordenadora do Fórum de Direitos realizasse uma manifestação. O Presidente Fábio  
72 Moassab Bruni entendeu que esse item pode ser incluído no momento da discussão sobre a  
73 viabilidade dessa reunião. Seguindo para os informes, a Conselheira Maíra Leilane Oliveira  
74 Almeida notificou que o FONSEAS se reuniu e tiveram a participação de 20 estados, em que foi  
75 realizado um alinhamento da reunião conjunta entre o CONGEMAS e o FONSEAS, com  
76 encaminhamentos sobre as medidas socioeducativas e abrigos, que serão apresentados na reunião da  
77 CIT. Complementou que o Ministro e a Secretária Nacional de Assistência Social tiveram um  
78 momento na reunião. A Conselheira Leísa Mendes Sousa, Representante do Fórum Nacional de  
79 Secretários de Estado de Assistência Social – FONSEAS, ressaltou que a reunião do FONSEAS foi  
80 muito produtiva, porém, explanou que ficou incomodada com a resposta da Secretária Nacional de  
81 Assistência Social referente à revogação da Portaria nº 36, de que as deliberações das conferências  
82 nacionais possuem força de recomendação e a gestão deve decidir se as seguem ou não. Discorreu  
83 que foi informado que existe um parecer da CONJUR referendando essa questão e ilustrou que foi  
84 proposto, na reunião, que os estados pudessem conhecer esse parecer e elaborasse os seus pareceres,  
85 reforçando uma posição contrária a esse entendimento. Articulou que a 11ª Conferência Nacional de  
86 Assistência Social foi questionada pelo Ministro, especialmente pela indicação do Frei Beto e pelos

87 participantes terem ocupado o espaço do palco impedindo algumas ações da conferência.  
88 Compreendeu que a conferência demonstrou a força de participação social existente no país e que,  
89 foi exposto a situação vivida pelo SUAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni ponderou que a  
90 Secretária Nacional de Assistência Social estará em algum momento no pleno para explicar melhor  
91 esse parecer. Iniciando os informes da Presidência e da Secretaria-Executiva, a Sra. Maria das  
92 Mercês de Avelino Carvalho – Secretária-Executiva do CNAS, informou que justificaram as  
93 ausências: Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, nessa reunião ordinária, por estar fora do país;  
94 Conselheira Silvia Regina Ramires, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais;  
95 Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, nessa reunião ordinária, por força do Ofício  
96 Circular nº 582/2017 do Ministério do Planejamento, que informou a impossibilidade de emissão de  
97 passagens; Conselheira Tathiane Aquino Araújo, nessa reunião ordinária, devido à férias;  
98 Conselheira Marília Paiva de Carvalho, nessa reunião ordinária, devido a compromissos  
99 institucionais; Conselheira Clátia Regina Vieira; nessa reunião ordinária, por força do Ofício  
100 Circular nº 582/2017 do Ministério do Planejamento, que informou a impossibilidade de emissão de  
101 passagens; Conselheira Cleonice Caetano Souza, nessa reunião ordinária, por motivo de saúde;  
102 Conselheira Caroline Miranda Sampaio, nessa reunião ordinária, devido a compromissos  
103 institucionais; Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, nessa reunião ordinária,  
104 por força do Ofício Circular nº 582/2017 do Ministério do Planejamento, que informou a  
105 impossibilidade de emissão de passagens. Convocação e participação: Conselheira Edna Aparecida  
106 Alegro foi convocada para representar o CNAS no Encontro Estadual sobre Benefícios  
107 Socioassistenciais no dia 30 de novembro de 2017 em Goiânia; os Conselheiros titulares e suplentes  
108 foram convocadas para a Reunião Extraordinária do CNAS a ser realizada no dia 07 de dezembro  
109 de 2017, às 16h, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília; a Conselheira Elisa  
110 Maciel Costa foi convocada para representar o CNAS no lançamento do cadastramento de estudos e  
111 desenvolvimento social em debate número 28, do dia 31 de dezembro de 2017 em Brasília; os  
112 Conselheiros titulares e suplentes foram convocados para esta Reunião Ordinária, no período de 06  
113 a 08 de fevereiro de 2018, em Brasília; os Conselheiros Nacionais que integram a Comissão de  
114 Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foram convocados para a reunião no dia  
115 05 de fevereiro de 2018 em Brasília. *E-mails* enviados aos Conselheiros do CNAS: Nota Conjunta  
116 do CNAS e CONANDA referente ao papel da Assistência Social no acolhimento de refugiados e  
117 imigrantes; Pesquisa sobre Conselheiros representantes do poder público da Sra. Fernanda

118 Machiaveli, especialista em políticas públicas e gestão governamental, pesquisadora ENAP; Edital  
119 nº 02, da assembleia de eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de  
120 Assistência Social; Notícia - Proposta prever pagamento em dobro do Bolsa Família em municípios  
121 atingidos por desastres naturais; Ata e degravação da 259ª Reunião Ordinária do CNAS; Acórdão nº  
122 2404/2017 do TCU, Plenário - Sessão de 25/10/2017; Relatório da oficina Diálogos com Povos e  
123 Comunidades Tradicionais encaminhada a pedido da Conselheira Elisa Maciel; Resultado da  
124 reunião CNAS/SNAS sobre a Reunião Ordinária do CNAS de fevereiro de 2018; Pauta da 161ª  
125 Reunião Ordinária do CNAS; Relatório de avaliação da 11ª Conferência Nacional de Assistência  
126 Social. Resoluções, leis e Portarias publicadas no Diário Oficial da União: Resolução CNAS nº 16,  
127 de 24 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 27/11/2017, seção 1, página  
128 128, que dispõe sobre recomendação de prorrogação de prazo para a inclusão no Cadastro Único  
129 para programas sociais, CadÚnico, de pessoas idosas, que recebe o Benefício de Prestação  
130 Continuada; Resolução CNAS nº 17, de 24 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da  
131 União de 26/11/2017, seção 1, página 128, que aprova a prorrogação de prazo para a demonstração  
132 da implantação dos Serviço de Proteção Social Especial; Resolução CNAS nº 20, de 12 de  
133 novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13/12/2017, seção 1, página 95, que  
134 dispõe sobre o processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de  
135 Assistência Social para compor a gestão 2018/2010; Resolução nº 21, de 18 de dezembro de 2017,  
136 publicada no Diário Oficial da União de 19/12/2017, seção 1, página 173, que publica as  
137 deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; Portaria nº 426, de 05 de fevereiro  
138 de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 06/02/2018, seção 2, página 41, que altera a  
139 Portaria do MDS nº 361, de 05 de dezembro de 2017, para substituir Conselheiros do CNAS;  
140 Portaria nº 361, de 05 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 06 de  
141 setembro de 2017, seção 2, página 55, consolidada que dispõe sobre a designação de representantes  
142 titulares e suplentes governamentais para compor o Conselho Nacional de Assistência Social.  
143 CNAS informa: Conheça as deliberações do CNAS; Conselho Nacional de Assistência Social  
144 publica as 20 deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Datas  
145 comemorativas: dia 13/02 – Carnaval; dia 20/02 – Dia Mundial da Justiça Social. Conselheiros  
146 aniversariantes dos meses de dezembro, janeiro e fevereiro: dia 11/12 - Samuel Rodrigues; dia  
147 17/12 - Mariana de Souza Machado Neris; dia 03/01- Caroline Miranda Sampaio; dia 21/01 - Leísa  
148 Mendes de Sousa; dia 08/02 - Luziana Maranhão; dia 08/02 - Renata Aparecida Ferreira; dia 10/02 -

149 Clátia Regina Vieira; dia 20/02 – Fábio Moassab Bruni; dia 25/02 - Josenir Teixeira. A Conselheira  
150 Edna Aparecida Alegro informou que não esteve presente no Encontro Estadual sobre Benefícios  
151 Socioassistenciais em Goiânia por falta de passagens e diárias. Prosseguindo para os informes dos  
152 Conselheiros, a Conselheira Edna Aparecida Alegro manifestou sua indignação com a falta de  
153 respeito ao CNAS e aos Conselheiros da sociedade civil pela ausência dos Conselheiros  
154 governamentais, uma vez que os a sociedade civil se propôs a trazer os seus Conselheiros,  
155 custeando as suas passagens. Informou que consensuaram a elaboração de uma carta que será  
156 apresentada na reunião da CIT e realizou a sua leitura, indicando os Conselheiros da sociedade civil  
157 que assinaram a mesma. A Conselheira Elisa Maciel Costa realizou a leitura do trecho alterado para  
158 carta aberta dos Conselheiros da sociedade civil a Câmara dos Deputados e ao Senado Federal,  
159 informando que a mesma foi entregue no dia 06 de fevereiro de 2018 com as assinaturas dos  
160 mesmos Conselheiros. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho notificou que estiveram  
161 presentes na reunião do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fazendo o relato  
162 da situação vivida pelo CNAS, buscando apoio de outros conselhos e espaços. Destacou que o  
163 Fórum Nacional se faz presente, para manifestar esse apoio e sugeriram que os quatro conselhos  
164 deliberativos se reúnam para buscar fortalecer os conselhos nesse momento. O Conselheiro Josenir  
165 Teixeira, Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – DF, salientou  
166 que é uma covardia o Ministro Osmar Terra não permitir que o CNAS conduza os seus serviços e  
167 suas ações de maneira adequada e diante disso, a sociedade civil se mobilizou ao longo dos últimos  
168 dias e promoveu uma série de atos na tentativa de sensibilizar poderes e informar a população.  
169 Postulou que procuraram a Procuradora Federal, Sra. Débora Duprat, que os recebeu de forma  
170 atenciosa e muito sensível a informações, sendo que a mesma redigiu e providenciou a entrega de  
171 um ofício da Procuradoria, solicitando o Ministro que providenciasse ou estimulasse a presença de  
172 Conselheiros do governo nessa reunião. Realizada a leitura do ofício, observou que a postura do  
173 Ministro não foi como solicitado e informou que alguns Conselheiros presentes nessa reunião  
174 ajuizaram uma ação popular contra o Ministro Osmar Terra, no dia 1º de fevereiro de 2018, que não  
175 foi despachada até o presente momento. Diante a perda do objeto da ação popular, relatou que  
176 emendou uma petição inicial requerendo alternativamente que o Ministro seja obrigado a  
177 reembolsar os Conselheiros e as entidades dos valores despendidos para estarem nessa sessão. O  
178 Conselheiro Carlos Nambu intuiu que seria importante convidar o Sr. Adailton, Representante da  
179 SNAS, para participar da discussão da LOA 2018 e o Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu

180 encaminhar um *e-mail* ao Chefe de Gabinete, propondo a vinda da Diretora do FNAS e do Sr.  
181 Adailton. O Conselheiro Carlos Nambu concordou com a sugestão e complementou que ficou muito  
182 preocupado com a questão noticiada em relação às conferências, visto que estão entrando em uma  
183 questão de ilegalidade do cumprimento da NOB/SUAS 2012, que cita sobre o caráter deliberativo  
184 das conferências. Entendeu que o CNAS precisa se manifestar, já que manifestaram, nas  
185 conferências estaduais e municipais, que são os guardiões das deliberações das conferências. A  
186 Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos repudiou veemente a postura do Ministro  
187 Osmar Terra, como usuária da Política de Assistência Social, de não garantir a realização dessa  
188 reunião e informou que elaborou um documento, que foi enviado a Presidência com cópia para a  
189 Secretária de Assistência Social, solicitando que sejam pagas todas as diárias de todos os  
190 Conselheiros presentes e seja garantida a viabilidade do calendário de reuniões CNAS 2018.  
191 Afirmou que a sociedade civil resistirá a qualquer desmando que venha acabar com a Política de  
192 Assistência Social e destacou que esse Conselho continuará existindo, deliberando e sendo guardião  
193 dessa política. A Sra. Márcia, Secretária Nacional do Fórum Nacional do Direito das Crianças e dos  
194 Adolescentes, cumprimentou a todos e arrazoou que o Fórum Nacional do Direito das Crianças e  
195 dos Adolescentes foi acionado pela Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho e entendeu que  
196 seria muito importante apoiar esse espaço deliberativo legítimo. Discorreu que participaram da  
197 abertura da assembleia do CONANDA e realizaram um relato oficial solicitando que o mesmo se  
198 manifestasse apoiando o CNAS, em que foi sugerido a possibilidade de articulação entre os  
199 Conselheiros da sociedade civil do CONANDA, do Conselho Nacional da Saúde e do CNAS.  
200 Acrescentou que o Fórum emitirá uma nota de apoio e convocou as suas redes de apoio. A Sra.  
201 Regina Prado, Representante da Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, cumprimentou a  
202 todos e manifestou, como representante da CFESS, o seu apoio a carta construída. Afirmou que  
203 repudia a postura do Ministro e da Secretária Nacional de Assistência Social de não custear as  
204 passagens e de não respeitar as deliberações da Conferência Nacional de Assistência Social. A  
205 Conselheira Elisa Maciel Costa ponderou que seria muito interessante que cada instituição se  
206 manifestasse, fazendo a defesa da garantia dos direitos e o Sr. Marcelo Machado Moraes,  
207 Representante da FENAPAES, manifestou o seu apoio à iniciativa do CNAS e informou que,  
208 enquanto Conselho Estadual de Assistência Social, será elaborada uma carta de apoio repudiando  
209 essas ações do Ministro e da Secretária. O Sr. Jairo, Presidente do Conselho Estadual de Assistência  
210 Social do Maranhão, compreendeu que é um absurdo acontecer esse tipo de problemas após a



211 realização de um Conferência Nacional e salientou que precisam discutir essa questão com o  
212 FONACEAS, FONSEAS, CIB e CIT, para que encontrem uma solução. Seguindo para o relato da  
213 reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda realizada no dia  
214 05 de fevereiro de 2018, a Conselheira Edna Aparecida Alegro elencou os Conselheiros e membros  
215 da Secretaria-Executiva presentes e discorreu que conforme prever o §2º do Artigo 39 do  
216 Regimento Interno do Conselho Nacional de Assistência Social, a referida reunião foi cancelada por  
217 falta de quórum. Com relação ao relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social  
218 realizada no dia 06 de fevereiro de 2018, a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho indicou os  
219 Conselheiros presentes e informou que a mesma também foi cancelada por falta de quórum,  
220 entretanto, esclareceu que será realizado o relato da reunião realizada em novembro de 2017 no  
221 período da manhã durante a pauta reservado para os relatos pendentes das Comissões. Prosseguindo  
222 para o relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social  
223 realizada no dia 06 de fevereiro de 2018, o Conselheiro Carlos Nambu discorreu realizou a leitura  
224 do seguinte relato: *“Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. Fevereiro de*  
225 *2018. Data: 06/02/2018. Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar, sala 139.*  
226 *Conselheiros presentes da sociedade civil: Carlos Nambu, Coordenador da Comissão; Clodoaldo*  
227 *José Oliva Muchinski; Samuel Rodrigues. Ausências justificadas: Raquel de Fátima Antunes*  
228 *Martins e Josenir Teixeira. Membros presentes da Secretaria-Executiva do CNAS: Randriene*  
229 *Maia; Suzane Gonçalves; Rebeca Pinho. O Coordenador da Comissão, Carlos Nambu,*  
230 *Representando a Inspeção São João Bosco Salesianos, registrou a presença dos Conselheiros da*  
231 *sociedade civil, Clodoaldo José Oliva Muchinski, representando a Fundação Fé e Alegria do Brasil*  
232 *e Samuel Rodrigues, representando o Fórum Nacional da População de Rua, observando a*  
233 *presença somente da sociedade civil, onde a Conselheira governamental, Raquel de Fátima*  
234 *Antunes, em função da publicação da Portaria nº 361, de 05 de setembro de 2017, alterada pela*  
235 *Portaria MDS 462, de 05 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União em*  
236 *06/02/2018, informou a necessidade de ausência em decorrência da alteração da sua categoria de*  
237 *membro suplente para membro titular na composição do CNAS. Razão pela qual, se deu por*  
238 *prejudicada a reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento, regimentalmente pelo motivo*  
239 *de falta de quórum. Destacou o prejuízo da discussão para temas tão relevantes constantes da*  
240 *pauta da Comissão como LOA 2018 (Convidados: SNAS, SPO/MDS e a Consultora da Câmara dos*  
241 *Deputados); Avaliação do Relatório Final de execução orçamentária e financeira - FNAS,*

242 *exercício 2017 (Convidado: FNAS); também a Revisão da Aplicação da Portaria 36/2014 em*  
243 *conjunto com o CNAS, em função da irregularidade dos repasses do Governo Federal (Convidado:*  
244 *SNAS); Discussão sobre a Nota Técnica "Orçamentos dos Estados e Distrito Federal na Função*  
245 *Assistência Social (Convidado: SE/SPO/CGPA); Revisão da Classificação Orçamentária da*  
246 *Assistência Social - Função 08. (Convidados: Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Tesouro*  
247 *Nacional e SPO/MDS). Solicitou ainda que a Secretaria Executiva do CNAS adotasse os*  
248 *procedimentos para informar aos convidados o cancelamento da referida reunião, bem como, que*  
249 *a pauta seja transferida para a reunião de março em sua integralidade. Enfatizou que os*  
250 *Conselheiros da sociedade civil, por acreditarem no fortalecimento do Sistema Único de*  
251 *Assistência Social e no fortalecimento do controle social, cumpriram com a sua atribuição como*  
252 *representantes de um segmento, se empenhando para estarem presentes nesta reunião, mesmo sem*  
253 *a ajuda de custeio (diárias/passagens) que a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS*  
254 *sempre viabiliza. Essa ação de não realização da reunião afeta os usuários e trabalhadores lá na*  
255 *ponta, ações que poderiam se concretizar e ter a devida qualificação. Concluiu reforçando que*  
256 *acreditam que este é o espaço de participação da sociedade civil, que é o Conselho Nacional de*  
257 *Assistência Social - CNAS. Carlos Nambu, Coordenação da Comissão de Financiamento e*  
258 *Orçamento. ”. Com relação ao relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social, a*  
259 *Conselheira Elisa Maciel Costa informou que também não foi possível realizar a reunião agendada*  
260 *para o dia 06 de fevereiro de 2018, uma vez foi a única integrante que estava presente. Ressaltou*  
261 *que a Comissão mais uma vez deixou de acompanhar as pautas da Câmara e do Senado e afirmou*  
262 *que foi prazeroso ter a consciência limpa de exercer a sua obrigação de estar presente, para que a*  
263 *Comissão funcionasse. Parabenizou todos os Conselheiros pela forma digna e educada que tem*  
264 *passado por essa situação e agradeceu ao Presidente Fábio Moassab Bruni pelo apoio dado. A*  
265 *Conselheira Edna Aparecida Alegro registrou que gostaria de fazer uma pequena correção no §4º da*  
266 *carta aberta lida anteriormente e solicitou que a mesma seja publicada no site do CNAS. Realizada*  
267 *a correção necessária, a Conselheira Elisa Maciel Costa informou sobre o envio do Ofício nº 80 da*  
268 *Procuradoria Federal para a Secretaria e solicitou a distribuição do posicionamento da PFDC. O*  
269 *Conselheiro Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro de Assistência e*  
270 *Desenvolvimento Integral – CADI, reforçou o posicionamento tomado pela sociedade civil em*  
271 *relação à postura do governo e afirmou que, independente do momento político, o controle social é*  
272 *a base de um sistema democrático. Destacou que está acontecendo uma mobilização maior das*

273 bases da sociedade civil em torno de afirmar o papel do CNAS e da sociedade civil e solicitou que  
274 houvesse um comunicado da Secretária Nacional de Assistência Social, que o Ministro assegurará a  
275 reunião do CNAS de março. O Presidente Fábio Moassab Bruni saudou a Deputada Luiza Erundina  
276 e alegou que é sempre um prazer tê-la presente nas reuniões do CNAS. A Sra. Márcia agradeceu o  
277 apoio da deputada e realizou a leitura da nota elaborada pelo Movimento Nacional de Entidades de  
278 Assistência Social - MNEAS, que manifesta de forma contrária a decisão do Ministro Osmar Terra  
279 de não realizar a 261ª Reunião Ordinária do CNAS. O Conselheiro Carlos Nambu solicitou que a  
280 nota elaborada pelo MNEAS também seja incluída no *site* do CNAS e a Conselheira Elisa Maciel  
281 Costa agradeceu publicamente a Deputada Luiza Erundina por ter recebido os Conselheiros da  
282 sociedade civil e principalmente, por tê-los apoiado em momentos muito difíceis. Executado o  
283 vídeo da explanação da Deputa Luiza Erundina em plenário nessa data, a mesma destacou que é  
284 muito grata aos Conselheiros da sociedade civil do CNAS pelos gestos de autonomia, de soberania  
285 e cidadania. Discorreu que pagaram um preço alto para reconquistar a democracia no período de  
286 ditadura, observando que a mesma é constantemente ameaçada por essa conjuntura vivida.  
287 Explanou que a luta do CNAS é um dos elos de uma cadeia enorme que está se juntando contra os  
288 direitos que foram perdidos e colocou a disposição o seu gabinete, inclusive o seu assessor de  
289 imprensa. Ponderou que está pensando em requerer uma audiência pública com o CNAS e com as  
290 entidades que estão apoiando a resistência desse Conselho, como também convocar o Ministro  
291 Osmar Terra para dar explicações a Câmara dos Deputados sobre a realização desse inadequado  
292 procedimento adotado. O Presidente Fábio Moassab Bruni informou que o CNAS foi considerando  
293 um Conselho exemplar na pesquisa do IPEA em relação à estrutura administrativa e afirmou que  
294 esse Conselho nunca deixar de operar, mesmo que pese todas as dificuldades administrativos do  
295 Governo Federal. A Deputada Luiza Erundina solicitou o envio do relatório elaborado pelo IPEA,  
296 para divulgação e articulou que utilizará todo o espaço disponível na tribuna para repercutir  
297 permanentemente a situação. Questionou qual a repercussão que está acontecendo da situação do  
298 CNAS nos conselhos municipais e estaduais. O Sr. Jairo relatou que, desde 2017, os conselhos  
299 estaduais estão junto ao CNAS na luta para reverter o desmonte que estão tentando realizar na  
300 Assistência Social. Postulou que o FONACEAS já foi informado sobre a situação e repassou a  
301 todos os estados, afirmando que os mesmos lutaram junto ao CNAS. O Sr. Marcelo Machado  
302 Moraes arrazoou que já entrou em contato com o Presidente do Conselho de Assistência Social do  
303 Rio Grande do Sul, o qual manifestou todo apoio ao CNAS, sendo que será elaborada uma nota

304 repudiando a atitude do Ministro e da Secretária Nacional de Assistência Social. O Conselheiro  
305 Carlos Nambu ponderou que houve um corte de R\$ 1,35 bilhões para despesas discricionários para  
306 os serviços, observando que existe um futuro com mais corte na proposta orçamentária de 2019. A  
307 Deputada Luiza Erundina articulou que a estratégia de mobilização deve envolver estados,  
308 municípios e usuários, inclusive defendendo a Política de Assistência Social ao invés de apenas a  
309 preservação do CNAS. Propôs que seja concretizada uma audiência pública na Câmara dos  
310 Deputados com a Secretária Nacional de Assistência Social, com as entidades que estão apoiando o  
311 Conselho e se possível também com o Ministro. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos  
312 Santos afirmou que se senti muito honrada em saber que existe uma deputada que defende os  
313 direitos dos usuários da Política de Assistência Social e a Conselheira Leísa Mendes de Sousa  
314 articulou que os estados estão muito preocupados com a forma que a Política de Assistência Social  
315 está sendo tratada, inclusive como a forma de repasse dos recursos impactará em 2018. A Deputa  
316 Luiza Erundina entendeu que essa luta possui um potencial muito grande, uma vez que a questão  
317 atinge exatamente a maioria do povo brasileiro e que, seria uma oportunidade o período eleitoral,  
318 para se exigir uma posição dos que estão se propondo a uma candidatura. Seguindo para a  
319 Apresentação do Plano Nacional de Segurança Pública para o público da Assistência Social, o  
320 Presidente Fábio Moassab Bruni convidou para compor a mesa o Sr. Carlos Teixeira, Diretor de  
321 Políticas de Educação para a Juventude, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da  
322 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Social – SECADI.  
323 Informou que o Ministério da Justiça justificou a sua ausência, esclarecendo que não teriam  
324 produtos para trazer ao pleno. O Sr. Carlos Teixeira, Diretor de Políticas de Educação para a  
325 Juventude, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada,  
326 Alfabetização, Diversidade e Inclusão Social – SECADI, cumprimentou a todos e esclareceu que  
327 realizará uma apresentação do plano com recorte no Sistema Penitenciário Nacional, que possui  
328 uma longa articulação institucional desde 2014 com a DEPEN. Discorreu que o maior desafio é  
329 cumprir a legislação penal, que prevê o acesso a educação a população privada de liberdade, seja  
330 pela oferta formal ou não formal. Postulou que a SECADI e a Diretoria de Educação de Jovens e  
331 Adultos possuem a obrigação de garantir o acesso a educação formal como qualquer oferta fora do  
332 sistema. Articulou que esse esforço foi feito a partir de algumas demandas iniciais da sociedade  
333 civil organizada, o que permitiu formular políticas públicas que envolvessem a mudança legislativa,  
334 marcos orientadores dos conselhos, tanto da educação, como da política penitenciária. Relatou que

335 foi publicado um decreto em 2011, que previa uma atuação articulada entre Ministério da Educação  
336 e Ministério da Justiça para essa oferta e posteriormente, o Conselho Nacional de Justiça se  
337 envolveu com a Recomendação nº 44, que permitia a educação não formal. Informou que a ação  
338 teve participação da UNESCO e que, desde 2005, foram realizadas várias movimentações de  
339 seminários regionais e nacionais, para ouvir o maior quantitativo de representantes de vários  
340 segmentos envolvidos na execução penal. Acrescentou que foram realizadas estratégias para  
341 mobilizar a população privada de liberdade, para que fossem ouvidas as suas expectativas,  
342 interesses e desejos sobre a política que seria oferecida nos espaços de privação de liberdade.  
343 Destacou que a garantia de educação no Sistema Penitenciário Nacional com os mesmos  
344 regulamentos de uma escola normal foi um marco importante e que, dados recentes do censo  
345 escolar divulgado semana passada, informam que existem cerca de 63 mil matrículas de educação  
346 formal de pessoas em situação prisional. Informou que um dos grandes desafios para ampliação da  
347 oferta é fazer o ensino na modalidade à distância e fazer com que as unidades ofereçam turmas  
348 noturnas e arrazoou que o Decreto nº 7.626/2011 define as competências do Ministério da Educação  
349 e Ministério da Justiça para ampliar a oferta de educação formal com suplementação de recursos.  
350 Discorreu que o sistema de informação, que possui a base de dados do sistema penitenciário, possui  
351 algumas limitações, uma vez que não consegue cruzar perfil etário com o período da pena, com  
352 escolaridade e com outros itens, para que possam fazer alguns refinamentos da política. O  
353 Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu pela apresentação e realizou a leitura da justificativa de  
354 ausência do Ministério da Justiça, passando a palavra para a representante do Ministério do  
355 Trabalho. A Sra. Vivian Amorim, Coordenadora da Secretaria de Economia Solidária,  
356 cumprimentou a todos e esclareceu que permanecerá mais como ouvinte, para que possa entender o  
357 funcionamento do CNAS. Ponderou que anotará todas as questões e posteriormente terá todas as  
358 respostas necessárias. O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença da Sra. Vivian  
359 Amorim e questionou ao Sr. Carlos Teixeira sobre a existência de alguma articulação pensando na  
360 educação dos filhos de presidiários que nasceram na prisão. O Sr. Carlos Teixeira ilustrou que ao  
361 longo desses anos vivenciou essa experiência horrível de encontrar crianças em várias  
362 penitenciárias. Afirmou que essa questão foi bastante reduzida e explicou que não existe uma  
363 política voltada para as crianças que nascem nas prisões, sendo que é recomendado que a criança  
364 permaneça um tempo máximo para aleitamento e seja levada para outro local posteriormente.  
365 Articulou que a política fomentada no Ministério da Educação está recortada para atender ao preso

366 ou a presa na modalidade de educação de jovens e adultos. Acrescentou que os alunos de medida  
367 socioeducativa possuem uma resolução específica, informando que o Conselho Nacional de  
368 Educação – CNE elaborou um normativo em 2011 para as prisões e outro em 2016 para a medida  
369 socioeducativa. O Conselheiro Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia  
370 – CFP, relatou que gostaria que fosse mencionado sobre a experiência vivida na discussão da  
371 política e da intersetorialidade com relação à situação apresentada e como tem visto a Assistência  
372 Social nesses espaços. O Sr. Carlos Teixeira postulou que, talvez, a educação para pessoas do  
373 sistema prisional seja a fronteira mais distante de ser atendida, por haver muita resistência da  
374 sociedade, dos diretores de prisões e dos próprios agentes penitenciários, sendo que existe uma  
375 necessidade de criar um convencimento desse direito. Compreendeu que é muito importante o  
376 serviço social para os egressos, inclusive para reconfigurar o significado da escola para essas  
377 pessoas. A Conselheira Elisa Maciel Costa arrazoou que se preocupa muito com o processo de  
378 educação, uma vez que luta pelos recortes étnicos-raciais e pelos povos e comunidades  
379 tradicionais. Destacou as condições das escolas no campo, na floresta e nas águas e do  
380 descumprimento da Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Educação, que garante escolas para  
381 povos itinerantes, parquistas e circenses. Discorreu que, quando é colocada essa situação para  
382 dentro das penitenciárias, a situação se agrava. Agradeceu a presença da Deputada Érika Kokay,  
383 relatando novamente a incidência realizada na Câmara dos Deputados. A Deputada Érika Kokay  
384 cumprimentou a todos e ressaltou sobre a importante da Política de Assistência Social. Comentou  
385 que o país está vivendo um momento muito duro e observou que os Conselhos são pactos entre o  
386 poder público e a sociedade civil, que busca analisar a condição multifatorial do ser humano e da  
387 própria política, fazendo discussões e diálogos com outras políticas. Postulou que os conselhos  
388 devem ser autônomos e instrumentos democráticos e afirmou que podem contar com sua  
389 solidariedade. Notificou que assinou um ofício para o Ministro Osmar Terra, para relatar sobre a  
390 inquietação da maneira como foi feita a retirada de estrutura para que o CNAS não viesse a  
391 funcionar. Relatou que elaborará um requerimento de informações para o Ministro juntamente com  
392 outras duas parlamentares e que, será construída uma audiência pública convocando o Ministro,  
393 porém, precisam definir se será específica para a Assistência Social ou se será para discutir sobre o  
394 conjunto de conselhos que estão vivenciado essa mesma situação. O Presidente Fábio Moassab  
395 Bruni agradeceu pela explanação da deputada e lembrou que, em 2014, houve um decreto  
396 presidencial que instituiu a Política Nacional de Participação Social, que visava exatamente frisar a

397 questão da autonomia dos conselhos e das conferências, inclusive de toda a estrutura constituída  
398 pela Constituição Federal. Afirmou que estarão disponíveis para as audiências públicas e retornou  
399 ao item de pauta. A Conselheira Edna Aparecida Alegro agradeceu a presença da Deputada Érika  
400 Kokay, que sempre está apoiando as ações das entidades e questionou ao Sr. Carlos Teixeira se não  
401 seria uma obrigação do Ministério da Educação que os filhos e filhas dos egressos estejam em uma  
402 creche e se existe alguma atividade mais específica para a pessoa com deficiência dentro do sistema  
403 carcerário. O Sr. Carlos Teixeira afirmou que as creches estão no âmbito da competência das  
404 diretrizes e das políticas de educação e arrazoou que essas crianças têm que ser acolhidas pela  
405 política, como qualquer criança, esclarecendo que estão combatendo as distorções. Com relação às  
406 pessoas com deficiência, articulou que o preso com deficiência ainda é invisível e estão tentando  
407 analisá-lo primeiramente na condição de aluno, verificando como é realizado o seu atendimento.  
408 Informou que existe uma parceria com o Ministério da Justiça, que permite saber se existem  
409 impedimentos ao acesso à educação em relação aos presos com deficiência. O Presidente Fábio  
410 Moassab Bruni agradeceu pelos esclarecimentos, porém, compreendeu que não conseguiram  
411 exatamente debater o ponto de pauta, uma vez que o ator principal seria o Ministério da Justiça.  
412 Comentou que já houve uma representação do Ministério da Educação nesse conselho, entendendo  
413 que poderiam retomar essa questão, para que haja um debate qualificado sobre a garantia de  
414 direitos. O Sr. Carlos Teixeira relatou que levará essa consideração a Secretária Ivana e destacou a  
415 importância desse conselho se envolver na temática do sistema prisional, colocando-se a disposição  
416 para debater outros recortes específicos. A Conselheira Elisa Maciel Costa ponderou que está muito  
417 preocupada com relação à expansão dos programas e o Conselheiro Carlos Nambu explanou que já  
418 foi avaliado por esse conselho que os recursos para 2018 não cobrem nem a manutenção dos  
419 serviços, projetos e programas existentes, entendendo que não podem discutir sobre expansão se  
420 não houver recomposição do orçamento aprovado. O Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu que  
421 esse assunto seja tratado no segundo dia de reunião e a Conselheiro Norma Suely de Souza  
422 Carvalho compreendeu que são dois assuntos diferentes, propondo continuar com as apresentações  
423 dos convidados e retornar a essa pauta antes de finalizar a reunião, para que possam pensar em uma  
424 proposta. Prosseguindo para a discussão sobre a Resolução CNDI nº 33/2017, que estabelece  
425 diretrizes e parâmetros para a regulamentação do Artigo 35 da Lei 10.741/2003 e Estatuto do Idoso,  
426 que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços de toda entidade de longa permanência ou casa  
427 lar, com a pessoa idosa abrigada, o Presidente Fábio Moassab Bruni esclareceu que essa pauta foi

428 solicitada pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, entretanto, a mesma está ausente  
429 nessa reunião. A Conselheira Edna Aparecida Alegro ilustrou que esse ponto de pauta foi proposto  
430 para discutir sobre a certificação das entidades e sobre a regulamentação da contribuição das  
431 pessoas idosas para as Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs. A Sra. Cláudia  
432 Maria Beré, Representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público em Defesa  
433 da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa, cumprimentou a todos e manifestou que a questão da  
434 contribuição do idoso para entidade filantrópica possui uma grande dificuldade. Informou que, em  
435 2016, receberam um questionamento do estado de Santa Catarina assinado pelo Conselho Estadual  
436 e pelo Ministério Público local, tratando sobre a Resolução nº 12, que regulamentou a cobrança de  
437 participação de uma forma diferente da lei. Esclareceu que a Resolução nº 12 do CNDI peca ao citar  
438 entidades não-governamentais sem fins lucrativos ao invés de entidades filantrópicas e comunicou  
439 que, em São Paulo, está sendo feito um trabalho de utilizar o contrato como norte para um trabalho  
440 de empoderamento da pessoa idosa, de prevenção de internações forçadas e para controlar os  
441 contratos de prestação de serviços com a pessoa idosa, uma vez que a Resolução nº 12 pecou por  
442 referir-se exclusivamente ao estatuto do idoso e existe o conhecimento de que o mesmo é também  
443 regulado pelo código do consumidor. Relatou que o município ainda passou a criar instituições  
444 públicas que são operadas por convênio e essas instituições são custeadas 100% por verba pública,  
445 sendo que as mesmas atendem atualmente 400 pessoas. Compreendeu que os termos da lei não são  
446 ideais, porém, se fosse suprimida a faculdade de cobrar, talvez, acabaria com muitos serviços que  
447 estão sendo prestados. O Presidente Fábio Moassab Bruni ponderou que a Assistência Social é uma  
448 política que rompe com o princípio da contribuição e entendeu que a proteção é um direito de  
449 cidadania, que precisam ser cumprido independente de contribuição. A Conselheira Elisa Maciel  
450 Costa articulou que lhe preocupa quando observa que o sistema de atenção ao idoso pertence a uma  
451 parcela exclusiva e explanou que os profissionais não sabem se organizar para receber um idoso de  
452 recorte racial, destacando que existem problemas seríssimos em Roraima e em Rondônia quando  
453 esses idosos precisam de atendimentos médicos. Ressaltou que precisam discutir sobre as várias  
454 estruturas de idosos, uma vez que não podem colocar todos dentro de um mesmo panorama. A  
455 Conselheira Edna Aparecida Alegro questionou se o código de defesa do consumidor também se  
456 aplica para entidades sem fins lucrativos, ponderando que possui o entendimento que, independente  
457 da natureza da instituição ser ou não com fins lucrativos, deve aplicar o código de defesa do  
458 consumidor. Observou que muitas instituições que acolhem pessoas com deficiência estão



459 aplicando a mesma regra de cobrança para manutenção da entidade e não possuem autorização legal  
460 para essa questão. A Sra. Cláudia Maria Beré destacou que o país precisa se preparar para atender  
461 as pessoas idosas que são cada vez mais numerosas e informou que São Paulo possui mais de 10  
462 instituições de longa permanência públicas, sendo que houve um grande aumento de instituições  
463 que atendem pessoas idosas que não possuíam alto grau de dependência. Postulou que, diante essa  
464 questão, iniciou um impasse, em que um idoso menos vulnerável conseguiria uma vaga mais fácil  
465 do que um idoso que está acamado e com base nisso, São Paulo criou uma política junto com a  
466 Assistência e a Saúde, e inaugurou uma instituição de longa permanência para idosos com grau III  
467 de dependência. Com relação à questão do recorte racial no atendimento da pessoa idosa, informou  
468 que não é realizado um treinamento específico para atender esse público, entendendo que seria  
469 muito importante que o próprio segmento provoque essa discussão. Relatou que o CNDI, possui  
470 uma comissão extraordinária, que possui como objetivos: a alfabetização das pessoas idosas;  
471 preparação dos jovens para o seu próprio envelhecimento; e cursos com conteúdos específicos do  
472 envelhecimento da respectiva profissão. Alegou que a questão do dirigente da entidade ser o  
473 curador do idoso é uma questão bastante inconveniente e na resolução foi reproduzido um artigo  
474 que estava na resolução anterior, que caso o presidente da entidade for o curador, o vice-presente  
475 terá que assinar o contrato pela entidade. Relatou que o curador deve prestar conta para justiça de  
476 como está administrando os bens e renda do idoso e articulou que não tinha conhecimento sobre a  
477 situação relatada sobre as entidades de assistência a pessoa com deficiência, porém, comentou que a  
478 pessoa com deficiência não deveria estar em uma entidade, mas sim em uma residência inclusiva.  
479 Intuiu que deveriam desenvolver as residências inclusivas e regulamentar as eventuais entidades  
480 que sejam necessárias e notificou que também foi um trabalho realizado na Promotoria de São  
481 Paulo, tentando evitar o abrigamento de pessoas a baixo de 60 anos. Com relação ao Artigo 4º,  
482 refletiu que o mesmo possui como propósito dizer que os valores poderiam ser livremente  
483 negociados, retirando a questão dos 70%. O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu pelos  
484 esclarecimentos e discorreu que é sempre importante está em contado com os Conselhos de Defesa  
485 de Direitos, especialmente em relação ao apoio ao BPC e a composição orçamentária. A Sra.  
486 Cláudia Maria Beré explanou que o CNDI elaborou um documento com algumas considerações  
487 sobre a primeira versão da Reforma da Previdência, em que a questão da pensão ficava adstrita a  
488 50% do valor da aposentadoria ou do salário do falecido, acrescido de 10% por dependente.  
489 Manifestou que, com a ponderação realizada, houve uma revisão do posicionamento de que nenhum

490 benefício seria menor do que um salário mínimo. O Presidente Fábio Moassab Bruni informou que  
491 recebeu um ofício do CNDI sobre a Reforma da Previdência para os deputados, que será  
492 encaminhado a todos os Conselheiros. A Conselheira Elisa Maciel Costa comunicou que outros  
493 deputados podem comparecer durante o segundo dia de reunião. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
494 arrazoou que a Secretaria-Executiva está lembrando que a pauta do segundo dia de reunião é  
495 intensa, devido os relatos das reuniões das Comissões de novembro, sugerindo realizar o relato de  
496 algumas Comissões nesse momento. Com a concordância dos Conselheiros, o Presidente Fábio  
497 Moassab Bruni iniciou o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de  
498 Assistência Social, realizada no dia 21 de novembro de 2017, elencando os Conselheiros e membros  
499 da Secretaria-Executiva presentes. Informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item  
500 I) Informes: a) apresentação do balanço dos *e-mails* respondido pela CAC no mês de outubro, b)  
501 preenchimento do Censo SUAS – Módulo Conselhos; c) participação da Conselheira Luziana  
502 Carvalho de Albuquerque Maranhão e do Conselheiro Leovane Gregório na Reunião  
503 Descentralizada do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS – FNTSUAS; d) Audiência  
504 Pública em defesa do SUAS, realizada em Porto Alegre. Item II) Minuta de Orientação Técnica  
505 sobre o CadSUAS. Encaminhamento: Foram realizadas diversas sugestões de *folder* de orientação  
506 sobre o CadSUAS e a senha de acesso versão final, para os Conselheiros, encontra-se em anexo.  
507 Item III) Discussão sobre o lançamento do Tutorial de Boas-Vindas ao Conselheiros de Assistência  
508 Social na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Encaminhamentos: 01) A Comissão  
509 sugere a Plenária que seja feita uma apresentação, no segundo dia da Conferência, no momento das  
510 apresentações das sínteses dos relatórios das Conferências Estaduais e do Distrito Federal e das  
511 estratégias coletivas para garantir os direitos do fortalecimento do SUAS. A apresentação poderá ser  
512 feita pelo Conselheiro Leovane Gregório. 02) A Comissão solicita a confecção de um *banner* sobre  
513 tutorial e a disponibilização no *stand* do CNAS. Item IV) Relato da participação dos Conselheiros  
514 Nacionais nas Conferências Estaduais. Item V) Definição da pauta de fevereiro de 2018:  
515 Apresentação dos dados regionais referentes à violação dos direitos; Discussão sobre os temas das  
516 reuniões regionais e da reunião descentralizada e ampliada de 2018, assim como as datas para as  
517 realizações das mesmas. Datas sugeridas para as reuniões regionais: 07 e 08 de março, 21 e 22 de  
518 março, 27 e 28 de março, 04 e 05 de abril, 11 e 12 de abril, 18 e 19 de abril. Data sugerida para a  
519 Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS: 08 a 10 de maio; outros assuntos. Não havendo  
520 nenhuma manifestação, o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da

521 Assistência Social foi aprovado. Seguindo para o relato da reunião conjunta da Comissão de  
522 Normas da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
523 Social, realizada no dia 22 de novembro de 2017, a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho  
524 elencou os Conselheiros presentes e discorreu que foi debatido o seguinte item de pauta: I)  
525 Apresentação do relato do Grupo de Trabalho de Entidades de Assessoramento, Defesa e Garantia  
526 de Direitos acerca de inscrição e ofertas das entidades. Encaminhamentos: 01) As Comissões  
527 recomendam ao GT esclarecimento acerca da natureza das entidades ADGD, definindo-se como as  
528 ofertas de programas ou projetos socioassistenciais marcando as diferenças entre atendimento,  
529 assessoramento e defesa e garantia de direitos. 02) As Comissões recomendam ao GT aprofundar a  
530 característica de não eventualidade das entidades, considerando que as ofertas podem ser  
531 desenvolvidas em início, meio e fim. 03) As Comissões recomendam ao GT adequação do manual  
532 de orientação e das referências com marca d'água e destaque da sua provisoriedade, documento em  
533 construção para ser distribuído no dia 06 de dezembro na oficina a ser proferida na 11ª Conferência  
534 Nacional de Assistência Social; 04) As Comissões recomendam ao GT, nas 12 referências bases  
535 observar: Item 05, abrangência de atuação para reverenciar a inscrição da entidade quando  
536 preponderância não ocorrer no município sede; Item 06, esclarecer que, como regra geral, as  
537 entidades de assessoramento não ofertam serviços, que, portanto, não se aplica as regras acerca das  
538 equipes de referência dos serviços abrangidos na resolução CNAS nº 109/2009, entretanto deve se  
539 parametrizar quais são as áreas de formação desejáveis para atuação da ADGD; Item 10, esclarecer  
540 que a participação da Sociedade Civil Organizada se dá nos conselhos, que são órgãos normativos e  
541 orientações técnicas são de competência da gestão. 05) As Comissões recomendam ao GT que  
542 repasse o *link* para os Conselheiros da Comissão de Normas e da Comissão de Acompanhamento  
543 aos Conselho. Observou que todos esses encaminhamentos já foram realizados e informou que  
544 houve uma discussão que não está contemplada nesse relato, sendo que realizaram um convite para  
545 que o GT venha apresentar esse material em uma reunião plenária desse Conselho. Complementou  
546 que o GT teve o entendimento que não deveria ser distribuído o manual de orientação na 11ª  
547 Conferência Nacional de Assistência Social e apenas realizou sua oficina, sendo que já  
548 acrescentaram os seus resultados nos produtos. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da  
549 reunião conjunta da Comissão de Normas da Assistência Social e da Comissão de  
550 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social foi aprovada. Prosseguindo para o relato da  
551 reunião conjunta entre a Comissão de Política da Assistência Social e da Comissão de

552 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social realizada no dia 21 de novembro de 2017, o  
553 Presidente Fábio Moassab Bruni elencou os Conselheiros, convidados, ouvintes e membros da  
554 Secretaria-Executiva presentes e relatou que foram debatidos os seguintes item de pauta: Painei: O  
555 papel da Assistencial Social no Acolhimento dos Refugiados e Imigrantes. Encaminhamentos: 01)  
556 As Comissões sugerem que o CNAS solicite a participação de um representante no Comitê Gestor  
557 Nacional de Acompanhamento do Fluxo Migratório a Subchefia da Articulação e Monitoramento  
558 da Casa Civil da Presidência da República; 02) As Comissões sugerem que o CONANDA também  
559 solicite a participação de um representante no Comitê Gestor Nacional de Acompanhamento do  
560 Fluxo Migratório a Subchefia da Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da  
561 República; 03) As Comissões sugerem a aprovação de uma carta conjunta em relação à defesa dos  
562 direitos das crianças e adolescentes migrantes e refugiados pelo CNAS e pelo CONANDA; 04) As  
563 Comissões sugerem solicitar do Comitê Gestor Nacional de Acompanhamento do Fluxo Migratório  
564 relatório das ações de apoio aos migrantes e refugiados, explicitando as ações de participação da  
565 sociedade civil. A Sra. Maria Auxiliadora Pereira, membro da Secretaria-Executiva do CNAS,  
566 informou que o único encaminhamento que não foi realizado foi a aprovação da carta conjunta em  
567 relação à defesa dos direitos das crianças e adolescentes migrantes e refugiados pelo CNAS e pelo  
568 CONANDA, uma vez que a Comissão específica do CONANDA decidiu realizar uma visita *in loco*  
569 antes de aprovar essa carta. Acrescentou que o encaminhamento, que sugere solicitar do Comitê  
570 Gestor Nacional de Acompanhamento do Fluxo Migratório relatório das ações de apoio aos  
571 migrantes e refugiados, explicitando as ações de participação da sociedade civil, está prejudicado,  
572 uma vez que o Conselho Gestor de Acompanhamento do Fluxo Migratório não possui cadeira no  
573 Conselho. Não havendo mais nenhum comentário, o relato reunião conjunta entre a Comissão de  
574 Política da Assistência Social e da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
575 Social foi aprovado. A Sra. Lucimara Cavalcante, Conselheira do CONANDA, cumprimentou a  
576 todos e prestou o seu apoio aos Conselheiros da sociedade civil do CNAS, afirmando que os  
577 mesmos passam a ser exemplos para todos os Conselheiros e Conselheiras Nacionais desse país.  
578 **ENCERRAMENTO 07/02/2018:** O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença de  
579 todos e encerrou o primeiro dia de reunião. **ABERTURA 08/02/2018:** O Presidente Fábio Moassab  
580 Bruni iniciou o segundo dia da 261ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social  
581 cumprimentando a todos e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos deu as boas-  
582 vindas a todos, desejando um dia profícuo de trabalho. O Presidente Fábio Moassab Bruni solicitou

583 a que a Secretária-Executiva do CNAS verificasse o quórum e realizado o mesmo, o Conselheiro  
584 Carlos Nambu ponderou que a reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência  
585 Social não houve quórum, porém, solicitou que fosse realizada uma discussão sobre a questão da  
586 LOA 2018 e também da execução orçamentária do 4º trimestre de 2017. A Sra. Dulcelena Marins,  
587 Coordenadora Geral de Execução Orçamentário e Financeiro do Fundo Nacional de Assistência  
588 Social – FNAS, cumprimentou a todos e apresentou relatório final da execução orçamentária e  
589 financeira do FNAS, apoiada pelo regime de caixa, no período de janeiro a dezembro de 2017. A  
590 Conselheira Máira Leilane Oliveira Almeida compreendeu que seria interessante fazer um balanço  
591 de como estão andamentos das obras em todo o Brasil, uma vez que não houve pagamento regulares  
592 ao longo dos trimestres. Intuiu que existe a necessidade de fazer uma gestão junto ao FONSEAS e  
593 ao CONGEMAS, para que as bolsas paradas do PETI sejam pagas. O Conselheiro Leovane  
594 Gregório lamentou que essa discussão não pode ser apreciada na Comissão de Financiamento e  
595 Orçamento da Assistência Social, para que pudessem ter subsídios mais efetivos para avaliação da  
596 execução do orçamento. Indagou como foram realizados os repasses dos recursos encaminhados aos  
597 estados e municípios em 2017 e em que momento aconteceram, posto que possuem o conhecimento  
598 que houve alguns problemas com relação ao funcionamento da rede em 2017, devido ao atraso dos  
599 repasses dos recursos. Compreendeu que a Comissão deveria se debruçar sobre essa execução  
600 orçamentária, para que possam ter subsídios e saber o que impactará ou não na situação dos  
601 repasses com o parecer do Tribunal de Contas. O Conselheiro Carlos Nambu informou que a  
602 Portaria nº 36 e nº 88 já estão na pauta da Comissão e manifestou a sua preocupação com os  
603 repasses de emergências apresentados. O Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski intuiu que  
604 devem deliberar se a apreciação dessa execução passará primeiramente na Comissão ou se  
605 continuará sendo apreciada nesse pleno e questionou se o cancelamento da diferença dos restos a  
606 pagar valerá para outras ações. A Sra. Dulcelena Martins esclareceu que o nível de medição  
607 referente ao percentual de execução das obras relacionado ao pagamento de recursos está correto,  
608 sendo que o problema está na baixa execução dessas obras pelos municípios e não no repasse.  
609 Informou que existe uma portaria em vigor, que permite a possibilidade de escalonar os pagamentos  
610 em 30%, 20% e 50% ou 50%, 30% e 20%. Com relação as emendas impositivas, explanou que a  
611 Caixa Econômica Federal faz a mesma avaliação, salientando que a execução financeira baixa não  
612 decorre de uma falta de ação em relação aos pagamentos. Arrazouou que apenas a SENARC poderia  
613 explicar detalhadamente a não execução do bolsa PETI, sendo que não existem saques desses

614 recursos na Caixa Econômica Federal e os recursos já repassados são suficientes para pagar a folha.  
615 A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris explicou que a Ação nº 8.662 é executada dentro  
616 do Departamento de Proteção Social Especial, visto que todos os meses recebem o número de  
617 beneficiários através da Caixa, que tem reduzido ao longo do tempo em virtude dos critérios de  
618 ampliação do Bolsa Família. A Sra. Dulcelena Martins explanou que a dinâmica que ocorreu, no  
619 último trimestre, foi a mesma que ocorreu durante o ano inteiro, sendo que a única novidade foi um  
620 volume maior de recursos disponibilizados. Informou que o valor dos restos a pagar de 2017 é de  
621 R\$ 448,912 milhões e que, possuem 180 dias para traçar o plano referente ao Acórdão do TCU,  
622 ressaltando que existe uma preocupação enorme. Ilustrou que as portarias emergências são um mal  
623 necessário e explicou que, não estão separadas no quadro, por se somar a Ação 2A69. O Presidente  
624 Fábio Moassab Bruni agradeceu pelos esclarecimentos e registrou a presença dos novos  
625 Conselheiros governamentais: Conselheiro Allan Camello Silva, Karoline Aires Ferreira e Maria do  
626 Carmo Brant de Carvalho. A Conselheira Karoline Aires Ferreira, Representante do Ministério do  
627 Desenvolvimento Social – MDS, esclareceu que todo o repasse para emergência é feito com base  
628 nos serviços de calamidade e emergência. O Conselheiro Allan Camello Silva, Representante do  
629 Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, afirmou que não existe qualquer tipo de movimento  
630 com relação a corte de beneficiários ou não pagamento do BPC e esclareceu que o BPC possui uma  
631 vinculação de meta física calculado através da quantidade de beneficiários e recursos repassados,  
632 visto que o Ministério do Planejamento apura o crescimento vegetativo para realizar o pagamento e  
633 o planejamento para o ano subsequente. A Conselheira Edna Aparecida Alegro sugeriu analisar a  
634 execução orçamentária de 2017 e caso não haja consenso, que o item seja colocada em discussão na  
635 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social. O Conselheiro Carlos Nambu  
636 intuiu que existe alguns pontos que precisam de um melhor detalhamento, inclusive com relação a  
637 questão emergencial e concordou com a proposta dos Conselheiros de que se não há entendimento,  
638 que seja encaminhada a Comissão. A Conselheira Mariana de Souza Machado Neris informou que  
639 podem ficar a disposição para esclarecer quais são os critérios de pagamento dos serviços de  
640 proteção e situação de calamidade e emergência, que seguem as resoluções aprovadas na CIT e no  
641 CNAS. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos discorreu que lhe incomodou a  
642 notícia de que o MDS termina 2017 com o maior repasse da história para a Assistência Social e a  
643 questão do reajuste do PAIF e do Bolsa Família, que ainda não foram realizados. Arrazouou que o  
644 relatório da CGU apontou o cancelamento de 346 mil Bolsas Famílias que apontavam

645 irregularidades e apontou também que as pessoas terão que devolver o recurso indevido,  
646 questionando como essa questão será realizada. O Presidente Fábio Moassab Bruni afirmou que a  
647 CGU ainda não coordena o Programa Bolsa Família, destacando que o MDS é o responsável por  
648 sua gestão e operacionalização e a Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos ponderou  
649 que é necessário se debruçar, enquanto Conselho, na definição das datas das reuniões regionais e da  
650 reunião descentralizada e ampliada do CNAS. A Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça,  
651 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, explanou que o CGU e o TCU  
652 verificaram se os ministérios estão seguindo as suas próprias normas, porém, afirmou que os  
653 mesmos não possuem a prerrogativa de fazer cancelamento de benefício automaticamente, apenas  
654 realizam uma recomendação a SENARC. Com relação ao reajuste, ponderou que, em virtude da  
655 restrição fiscal, não tiveram a possibilidade de fazer o reajuste do Bolsa Família. O Presidente Fábio  
656 Moassab Bruni arrazouou que o relatório final da execução orçamentária e financeira do FNAS e  
657 PLOA/2018 serão apreciados na pauta de março, incluindo as preocupações em relação a reajustes e  
658 viabilidade das reuniões. Retornando aos relatos das reuniões, a Conselheira Maíra Leilane Oliveira  
659 Almeida relatou que a reunião da Comissão de Política da Assistência Social realizada em 21 de  
660 novembro de 2017 discutiu os seguintes itens de pauta: Item I) Estruturação da Vigilância  
661 Socioassistencial no SUAS. Encaminhamentos: 01) A Comissão submeteu à consideração da  
662 Presidência Ampliada a recomendação de que a Comissão de Financiamento e Orçamento e a  
663 Comissão de Normas pautem a discussão e proposição de resolução sobre o cofinanciamento para  
664 gestão dos municípios, estados e DF, para estruturação da vigilância socioassistencial. 02) A  
665 Comissão recomenda à SNAS a inclusão de uma meta para que os municípios estruturem a  
666 vigilância socioassistencial com previsão de sanção em caso de descumprimento. Item VI)  
667 Definição da pauta de fevereiro 2018: Balanço do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão  
668 Municipal 2015-2017, em conformidade à Resolução CNAS nº 18 de dia 15 de julho de 2013, que  
669 dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de  
670 Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuado pela Comissão Intergestora  
671 Tripartite – CIT; Monitoramento do Plano de Ação da Comissão de Política da Assistência Social;  
672 Planejamento da agenda de trabalho para 2018. Informou que não houve quórum regimental para a  
673 realização da reunião no dia 06 de fevereiro de 2018 e a mesma não foi realizada. O Conselheiro  
674 Leovane Gregório compreendeu que algumas questões do orçamento precisam ser tratadas e que, os  
675 municípios precisam negociar com os Ministros, uma rapidez na questão dos índices do impacto do

676 aprimoramento. Postulou que a vigilância socioassistencial tem que aparecer no novo pacto de  
677 aprimoramento, para que de fato alavanque a avaliação do serviço e da política. A Vice-Presidente  
678 Rosângela Maria Soares dos Santos agradeceu pela presença dos Conselheiros governamentais  
679 nesse segundo dia de reunião e arrazoou que gostaria saber qual é a decisão tomada pelo MDS em  
680 relação ao pagamento da diária dos Conselheiros da sociedade civil que estão presentes nessa  
681 reunião, tendo em vista uma entrevista do próprio Ministro, que alegou que não sabia a quantidade  
682 de recursos que se gasta em uma reunião como essa e que, havia recursos apenas para pagar os  
683 gastos emergenciais altamente necessários. Considerado aprovado o relato da reunião da Comissão  
684 de Política da Assistência Social realizada em 2017, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho  
685 explicou que a carta dirigida ao Ministro elaborada pela Vice-Presidente foi inserida no SEI, porém,  
686 ainda não há uma resposta até o momento. A Conselheira Maria do Carmo Brant de Carvalho,  
687 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, entendeu que os Conselheiros que  
688 não moram em Brasília devem solicitar individualmente o ressarcimento de suas diárias, para que  
689 seja verificada a possibilidade pagamento. Iniciando o relato da reunião da Comissão de Normas da  
690 Assistência Social realizada no dia 21 de novembro de 2017, a Conselheira Edna Aparecida Alegro  
691 elencou os Conselheiros, ouvintes, convidados e membros da Secretaria-Executiva presentes e  
692 informou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Análise preliminar da PEC nº  
693 383/2017 do Deputado Danilo Cabral, que altera a Constituição Federal para garantir recursos  
694 mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Encaminhamentos:  
695 01) A Comissão recomenda a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social que  
696 realize a análise da PEC 373/2017 e apresente valores de financiamentos a serem sugeridas ao texto  
697 constitucional, como despesas obrigatórias aos três entes federados, resgatando as deliberações das  
698 conferências que tratam matemática, de forma a contemplar os custos necessários para a  
699 manutenção e consolidação dos SUAS. 02) A Comissão sugere a Plenária a aprovação da nota de  
700 manifestação acerca da necessidade de alteração da Constituição Federal, para prever  
701 obrigatoriedade de aplicação de recursos mínimos para a Assistência Social nos níveis da federação,  
702 contemplando as ofertas públicas e privadas os benefícios, serviços, programas, projetos e recursos  
703 para a manutenção da gestão da política de Assistência Social. 03) A Comissão sugere solicitar a  
704 Presidência do CNAS que encaminhe um ofício ao Deputado Danilo Cabral, cumprimentando-o  
705 pela iniciativa da PEC 383/2017 e se colocando à disposição para debater em audiência pública os  
706 conteúdos que qualifiquem a PEC. Item II) Apreciação do parecer da CONJUR e MDS sobre a



707 inscrição e fiscalização de entidades, tendo por base, as Resoluções CNAS nº 14 e 21, e o Decreto  
708 nº 6308/2007. Encaminhamento: A Comissão sugere a Plenária encaminhar o parecer da  
709 CONJUR/MDS sobre inscrição fiscalização de entidades, tendo por base as Resoluções CNAS nº  
710 14 e 21 e o Decreto nº 6308/2007, aos conselheiros da Comissão de Normas e da Comissão de  
711 Acompanhamento aos Conselhos. Item III) Apresentação pelo Departamento da Rede  
712 Socioassistencial Privada do SUAS - DRSP/MDS, do terceiro relatório trimestral de 2017 com as  
713 informações sobre os processos de certificação de entidades de Assistência Social, conforme  
714 disposto no artigo 1º da Resolução CNAS 18/2011. Requerimento eletrônico do CEBAS no MDS  
715 com as funcionalidades e o cronograma de implementação e as regras sugeridas para a transição.  
716 Encaminhamento: A Comissão sugere que o DRSP/MDS apresente um relatório das capacitações  
717 realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo, acerca que CNEAS na reunião de fevereiro de 2018. O  
718 DRSP notificará os gestores para a inclusão de conclusão no CNEAS das 1.771 entidades ainda não  
719 cadastrados. O DRSP informará aos conselhos municipais respectivos, para que acompanhem a  
720 inclusão no CNEAS das 1.771 entidades ainda não cadastradas. O DRSP fará relato sobre a  
721 construção da lei complementar e que tem sido a construção com os demais ministérios  
722 certificadores. Item IV) Apresentação do relato do Grupo de Trabalho de Entidades de  
723 Assessoramento, defesa e Garantia de Direitos em reunião conjunta com a Comissão de  
724 Acompanhamento dos Conselhos. Item V) Definição da pauta de fevereiro de 2018: Apresentação  
725 do DRSP do relatório anual de 2017 e do quarto relatório trimestral com as informações sobre os  
726 processo de certificação de entidades de Assistência Social, conforme disposto no Artigo 1º da  
727 Resolução CNAS nº 18/2011; Proposta de reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento  
728 aos Conselhos para apreciar os resultados finais do Grupo de Trabalho de Entidades de  
729 Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos; Debate sobre a abrangência de atuação das  
730 entidades assistenciais. Informou que a apreciação dos resultados finais do Grupo de Trabalho de  
731 Entidades de Assessoramento, Defesa e Garantia de Direitos será apreciados na reunião plenária de  
732 março, como também o debate sobre a abrangência de atuação das entidades assistenciais.  
733 Acrescentou que os demais itens serão apreciados na reunião da Comissão em março. A  
734 Conselheira Maria Amélia Sasaki, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS,  
735 esclareceu que existem alguns problemas no protocolo que deve ser introduzido no SEI, destacando  
736 que muitos processos de 2017 ainda não foram digitalizados, sendo que seria apresentado um  
737 panorama não fidedignos dos processos. Diante essa questão, explanou que o DRSP encaminhou a

738 Secretaria-Executiva uma solicitação de apresentar o relatório em março, para que não houvesse  
739 nenhum tipo de prejuízo. Não havendo mais destaques, o relato da reunião da Comissão de Normas  
740 da Assistência Social foi considerado aprovado. O Conselheiro Samuel Rodrigues, Representante  
741 do Fórum Nacional da População de Rua, ilustrou que terá que se ausentar e registrou o seu prazer  
742 de ter participado dessa reunião. Afirmou que o Fórum Nacional da População de Rua possui um  
743 posicionamento totalmente contrário a todos os acontecimentos referentes ao período de reunião do  
744 CNAS, uma vez que fere o controle social. Comunicou que os usuários dos serviços sociais  
745 especiais estão sofrendo altas violações de direitos humanos, com serviços de abordagens sendo  
746 cancelados. Seguindo para a avaliação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, o Sr.  
747 Carlos Ferrari, Membro da Equipe de Relatoria da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social,  
748 cumprimentou a todos e notificou que foi elaborado um arrazoado, elencando alguns elementos  
749 positivos ao longo do processo. Elencou os membros que participaram desse processo de trabalho e  
750 explicou que a Equipe de Relatoria, denominada primeiramente de Equipe de Colaboradores,  
751 elaborou um conjunto de instrumentais que foram aprovados por esse Conselho, com o objetivo de  
752 orientar as próximas relatorias a trabalhar de maneira mais procedimental possível. Destacou os  
753 pontos positivos e críticos que aconteceram durante o processo conferencial e comunicou que a  
754 Equipe de Relatoria elaborou uma carta com um posicionamento público em relação ao processo  
755 metodologia conferencial, que possui algumas provocações ao CNAS, pontuando as mesmas.  
756 Salientou que o relatório de avaliação foi preenchido por 12% dos participantes, com uma alta  
757 preponderante de preenchimento de delegados governamentais e que, houve uma maior participação  
758 em relação a conferência anterior. Compreendeu que é necessário pensar em uma maneira de  
759 comprometer os participantes a avaliar a conferência. A Sra. Juliana Maria Fernandes Pereira,  
760 Representante da SNAS/MDS, cumprimentou a todos e afirmou que essa conferência envolveu uma  
761 ampla mobilização do país, sendo que todos os estados e 96% dos municípios realizaram as suas  
762 conferências. Mencionou que houve um ganho muito significativo com a elaboração de uma  
763 metodologia específica para o DF e inferiu que, a decisão de não alterar as deliberações advindas  
764 dos estados e municípios, foi muito acertada. Postulou que houve alguns ganhos na comunicação  
765 quanto no processo metodológico de simplificar, todavia, intuiu que ainda é necessário mais  
766 comunicação e mais simplificação. O Sr. Carlos Ferrari discorreu que ainda precisam entregar os  
767 anais da 11ª Conferência Nacional, sendo que a ideia é definir uma data para reunir todos os  
768 relatores para finalização da proposta e informou que, até o momento, os relatores não foram

769 remunerados pela empresa, pelo trabalho realizado. O Conselheiro Leovane Gregório entendeu que  
770 as reclamações em relação a infraestrutura já eram previstas devido ao atraso da contratação da  
771 empresa e ponderou que precisam pensar em alguns caminhos, para que a discussão e a avaliação  
772 da política sejam consideradas importante em um processo conferencial. Arrazouou que precisam  
773 saber se conseguir alcançar o objetivo almejado e cumprir as deliberações que foram consensuadas.  
774 O Conselheiro Carlos Nambu entendeu que deveriam pensar em uma metodologia com uma  
775 linguagem mais popular e articulou que todos possuem o conhecimento que todas as contratações  
776 realizadas no momento da realização de um evento sempre acontecem erros, porém, destacou que  
777 houve um grande esforço da Secretaria-Executiva, dos Conselheiros e de todos os colaboradores  
778 para a realização da conferência mesmo com uma infraestrutura deficitária. Inferiu que todos os  
779 acontecimentos foram um processo de construção e de aprendizado. A Conselheira Elisa Maciel  
780 Costa agradeceu pelo trabalho realizado pela Equipe de Relatoria e destacou a falta de participação  
781 de quilombolas e indígenas nas conferências estaduais e municipais. Saliou que, lhe causou  
782 tristeza, ouvir o governo dizendo que as deliberações das conferências não são válidas e afirmou  
783 que essa conferência desrespeitou absurdamente os povos e comunidades tradicionais, visto que  
784 houveram raríssimas participações. A Conselheira Edna Aparecida Alegro intuiu que a conferência  
785 foi um enorme aprendizado e ponderou sobre a necessidade de inserir efetivamente os usuários. A  
786 Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos concordou com as demais explicações e  
787 afirmou que não houve nenhuma surpresa os problemas relacionados a estrutura. Parabenizou a  
788 Secretaria-Executiva do CNAS, que conseguiu organizar todos os itens necessários para a  
789 realização da 11ª Conferência Nacional em apenas uma semana e aos Conselheiros, que se  
790 dispuseram a acompanhar todo esse processo. Notificou que presenciou, em várias conferências  
791 municipais e estaduais, a questão da falta de empoderamento do usuário. A Sra. Maria das Mercês  
792 de Avelino Carvalho confirmou que tiveram uma conferência licitada em um curto prazo, porém,  
793 explanou que uma empresa que se compromete, na assinatura de um contrato, em realizar e  
794 executar todos os itens estabelecidos, tem que saber da sua enorme responsabilidade com a  
795 operacionalização e execução de uma Conferência Nacional. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
796 comentou que a conferência é analisada de acordo com as perspectivas de quem a elaborou e de  
797 quem participou. Destacou que a conferência é um espaço de debate e entendeu que existe uma  
798 necessidade de amadurecimento do processo e que, o Prêmio Mérito CNAS foi uma experiência  
799 muito rica para os seus participantes, que deveria ser repetida em próximas edições. Acrescentou

800 que outro ponto positivo foi o Ato em Defesa da LOA e que, esperava uma maior visibilidade da  
801 Conferência Nacional no *site* do MDS. O Sr. Carlos Ferrari ratificou a importância da elaboração  
802 dos anais, solicitando apoio à gestão, para que possam reunir a Equipe de Relatoria para finalizar o  
803 processo. Solicitou que fosse realizada a leitura da carta da Equipe de Relatoria, para seja registrada  
804 historicamente. O Presidente Fábio Moassab Bruni realizou a leitura da carta da Equipe de Relatoria  
805 e ponderou que não tinha conhecimentos de que o pagamento dos serviços da Equipe de Relatoria  
806 não havia sido efetivado, afirmando que é do interesse desse Conselho que os processos de  
807 patrocínio se resolvam da melhor maneira possível. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho  
808 informou que a Secretaria-Executiva do CNAS está muito empenhada para resolver essa questão,  
809 uma vez que o Ministério já realizou o pagamento da empresa. Seguindo para a discussão sobre o  
810 processo eleitoral da sociedade civil, a Conselheira Edna Aparecida Alegro arrazoou que é  
811 necessário fazer a convocação de uma reunião da Comissão Eleitoral, lembrando que precisam  
812 solicitar que o CEAS indique um representante do segmento dos trabalhadores para sua  
813 composição. Com a informação de que a Conselheira Silvia Regina Ramires e o Conselheiro  
814 Clodoaldo José Oliva Muchinski representaram as entidades e a Conselheira Carmen Lúcia Lopes  
815 Fogaça e o Conselheiro Samuel Rodrigues representaram os usuários, a Sra. Maria das Mercês de  
816 Avelino Carvalho discorreu que os Conselheiros Leovane Gregório e Clátia Regina Vieira não  
817 poderão se eleger novamente, uma vez que já possuem dois mandatos, como também o Conselho  
818 Federal de Psicologia, todavia, explanou que é necessário confirmar essas informações. Diante as  
819 informações, a Conselheira Edna Aparecida Alegro compreendeu que o Conselheiro Leovane  
820 Gregório poderia ser o representante dos trabalhadores na Comissão Eleitoral. O Conselheiro Carlos  
821 Nambu justificou que terá que se ausentar, porém, registrou o seu agradecimento a sociedade civil,  
822 que teve a iniciativa de cumprir com as suas atribuições no CNAS, ao poder público presente nesse  
823 segundo dia, ao Presidente, pelo cumprimento do seu papel e a Secretaria-Executiva, que sempre  
824 esteve disponível. Realizada a leitura da Minuta da Resolução do CNAS nº 01 de 07 de fevereiro de  
825 2018, que instrui e esclarece sobre processo eleitoral da representação da sociedade civil no  
826 Conselho Nacional de Assistência social e não havendo nenhum destaque, a mesma foi aprovada  
827 por unanimidade. O Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski justificou que também terá que se  
828 ausentar e externou a sua gratidão a todos os Conselheiros da sociedade civil que puderam  
829 comparecer a essa reunião, inclusive aquelas que não puderam comparecer por motivos de falta de  
830 recurso para custear as suas despesas. Agradeceu ao Presidente pela manutenção da convocação

831 dessa reunião e os Conselheiros governamentais que puderam comparecer. A Conselheira Renata  
832 Aparecida Ferreira discorreu também que terá que se ausentar e agradeceu a todos pelas felicitações  
833 no seu aniversário. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho confirmou que a pessoa física da  
834 Conselheira Clátia Regina Vieira e do Conselheiro Leovane Gregório, como as suas entidades,  
835 estão impedidas de participar do processo eleitoral. Prosseguindo para o relato da reunião da  
836 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social realizada no dia 06 de  
837 fevereiro de 2018, o Conselheiro Leovane Gregório elencou os Conselheiros e outros participantes  
838 presentes e postulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item I) Informes: a) balanço  
839 dos *e-mails* respondidos; b) preenchimento do Censo SUAS/2017 – Módulo Conselhos; c)  
840 Conclusão da sistematização da avaliação da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Item  
841 II) Apresentação dos dados regionais referente a violação de direitos. Item III) Discussão sobre a  
842 viabilização do calendário de reuniões 2018 CNAS. Encaminhamentos: 01) A Comissão sugere  
843 solicitar formalmente ao MDS a informação sobre a garantia da realização do calendário 2018 do  
844 CNAS; 02) A Comissão sugere pautar, nas reuniões regionais e na reunião descentralizada, a  
845 ampliação de temas como a execução dos orçamentos 2018, a Deliberação da 11ª Conferência  
846 Nacional, e elaboração de carta-compromisso com os candidatos a cargos eletivos; Item IV)  
847 Definição da pauta de março 2018: Reorganização do calendário do CNAS 2018 quanto às reuniões  
848 regionais e a reunião ampliada e descentralizada; Realização de reunião conjunta Comissão de  
849 Acompanhamento aos Conselhos com a Comissão de Normas, para discutir a apresentação e  
850 discussão dos relatórios do GT de Assessoramento, e dos produtos da consultoria do PNUD sobre a  
851 inscrição e acompanhamento de entidades; Monitoramento do Plano de Ação da Comissão de  
852 Acompanhamento dos Conselhos. O Presidente Fábio Moassab Bruni ponderou que a discussão dos  
853 temas das reuniões regionais será transferida para o pleno de março, uma vez que existe uma baixa  
854 presença de Conselheiros. O Conselheiro Leovane Gregório postulou que existe a indicação de  
855 certas temáticas, como: operacionalização das deliberações da 11ª Conferência Nacional,  
856 elaboração de uma carta-compromisso, discussão sobre o orçamento. A Conselheira Edna  
857 Aparecida Alegro solicitou que fosse acrescentada, na definição do tema das reuniões regionais, a  
858 definição da metodologia de realização dessas reuniões. Não havendo mais nenhum comentário, o  
859 relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social foi  
860 aprovado. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho arrazoou que a Secretaria-Executiva  
861 sugeriu a seguinte proposta de pauta para a 262ª Reunião Ordinária do CNAS: Dia 12/03 – das

862 09h00 as 17h00 – Reunião Trimestral do CNAS com os CEAS e CAS/DF; das 10h00 as 18h00 -  
863 Reunião da Comissão Eleitoral – Gestão 2018-2020 e Reunião da Comissão de Benefícios e  
864 Transferência de Renda da Assistência Social. Dia 13/03: das 09h00 as 16h00 – Reuniões das  
865 Comissões Temáticas; das 16h00 as 18h00 - Presidência Ampliada. Dia 14/03: 262ª Reunião  
866 Ordinária do CNAS - 09h00 as 09h30 – Aprovação da Ata da 261ª Reunião Ordinária do CNAS e  
867 da Pauta da 262ª Reunião Ordinária do CNAS; 09h30 as 10h30 – Informes da Presidência,  
868 Secretária Executiva, MDS, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 10h30 as 11h30 –  
869 Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda; das 11h30 as  
870 12h00 – Informes da Comissão Eleitoral; das 14h30 as 15h30 – Apresentação do Plano de  
871 Segurança Pública; das 15h30 às 18h00 – Avaliação do Programa Primeira Infância no SUAS. Dia  
872 15/03 – Continuação da 259ª Reunião Ordinária do CNAS – das 09h00 as 10h30 – Relato da  
873 Presidência Ampliada; das 10h30 as 12h00 – Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento  
874 da Assistência Social; das 14h00 as 15h00 - Relato da Comissão de Normas da Assistência Social;  
875 das 15h00 as 16h30 - Relato da Comissão de Política da Assistência Social; das 16h30 as 17h00 –  
876 Relato da Comissão Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, seguido do relato da  
877 reunião conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e da Comissão de Normas. O  
878 Conselheiro Allan Camello Silva compreendeu que, talvez, seria interessante reavaliar a realização  
879 da reunião trimestral do CNAS com os CEAS e o CAS/DF, tendo em vista a situação vivenciada  
880 nos últimos dias. A Conselheira Edna Aparecida Alegro considerou que dever ser mantida a  
881 reunião, sugerindo que o MDS envie esforços para que sejam mantido o cronograma e a Vice-  
882 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos concordou com o posicionamento colocado,  
883 afirmando que não devem protelar nenhum calendário do CNAS. O Conselheiro Allan Camello  
884 Silva esclareceu que a sua intenção foi apenas alertar sobre o problema e o Presidente Fábio  
885 Moassab Bruni relatou que entende a preocupação do Conselheiro, sugerindo informar os CEAS,  
886 caso não haja os custeios das passagens. Após várias manifestações, foi consensuado que o CNAS  
887 seguirá os trâmites normais, para que o MDS responda o que será possível ou não. A Vice-  
888 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos realizou a leitura da carta do Fórum Nacional dos  
889 Usuários do SUAS e o Presidente Fábio Moassab Bruni afirmou que toda a sua vida profissional foi  
890 e continuará sendo para a defesa dos direitos sociais e assistenciais e da participação popular e  
891 democrática. Discorreu que esteve na Presidência desse Conselho desde julho de 2016, em que  
892 realizaram todas as reuniões ordinária, regionais, trimestrais e as ampliadas e descentralizadas

893 previstas, como também aprimoraram a atuação junto ao CEAS e construíram o I Encontro  
894 Nacional dos Usuários do SUAS. Articulou que, por diversos motivos, percebeu que não é mais  
895 capaz de efetivar ou facilitar os diálogos necessários entre governo e sociedade civil e nesse sentido,  
896 comunicou a sua renúncia a Presidência desse Conselho e sua solicitação de desligamento como  
897 Conselheiro. Afirmou que a Vice-Presidente exercerá a Presidência com o mesmo compromisso e  
898 zelo e agradeceu a todos, especialmente a Secretária-Executiva do CNAS, cujo conhecimento e  
899 compromisso lhe amparou no exercício de suas funções institucionais. Todos os presentes  
900 lamentaram a renúncia do Presidente e reconheceram a sua grande liderança ao longo do seu  
901 período de gestão. **ENCERRAMENTO 08/02/2018:** O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu  
902 todas as manifestações e encerrou a 261ª Reunião Ordinária do CNAS.

903

904